

Comunicado de Imprensa

Lisboa, 22 de agosto de 2012

Os impactos do turismo e o papel dos operadores turísticos no arquipélago dos Bijagós¹, na Guiné-Bissau

Área Marinha Protegida de Urok: estudo revela impactos negativos da atividade turística

Acaba de ser lançado o Estudo "*Dinâmicas e impactos da expansão do Turismo no Arquipélago dos Bijagós*", uma obra de reflexão que coloca em evidência que o turismo nem sempre é sinónimo de riqueza e desenvolvimento para os países do sul.

Quem beneficiará do desenvolvimento do turismo na Área Marítima Protegida Comunitária de Urok? Quem sairá prejudicado? Porquê, como e em que condições? Partindo da análise à Área Marinha Protegida Comunitária de Urok o documento questiona a equidade da repartição dos custos e dos benefícios gerados pelo turismo em matéria económica, social, cultural neste local e avalia o impacto que o desenvolvimento das práticas turísticas representam para os habitantes locais.

O alerta chega das ONG Instituto Marquês de Valle Flôr e Tiniguena, que pretendem dar a conhecer a atual ameaça da abertura progressiva das Ilhas Urok – onde a atividade turística é atualmente desaconselhada pelo seu plano de gestão - e as consequências que a chegada de novos utilizadores podem representar para a comunidade. Detentor do estatuto de Reserva da Biosfera, o Arquipélago de Bijagós - onde se integram as Ilhas Urok – é rico em matéria de diversidade biológica e nele prevalece um indissociável equilíbrio entre os seus habitantes e o meio natural, facto que atrai agora os operadores turísticos pelo potencial económico das qualidades naturais, culturais e paisagísticas do local.

Emanuel Ramos, assistente técnico do projeto, acompanhou toda a investigação e trabalho até ao resultado final e explica **"Para quem desenvolve um trabalho contínuo naquele Arquipélago, em especial nas ilhas Urok, é fácil perceber que a forma como o turismo se tem vindo a afirmar naquele local, não responde a qualquer necessidade da comunidade e não visa os interesses locais. Toda a estrutura social sofreu alterações, foram introduzidos novos hábitos e, contrariamente ao que seria de esperar, não foi gerado emprego. Este estudo não pretende dizer "não" ao turismo, pretende perceber como é que este pode ser útil para a comunidade e para o desenvolvimento das ilhas. O nosso objetivo é que, com base nestas informações, seja possível encontrar pistas para uma regulamentação e para o que pode vir a ser um código de conduta na área protegida das ilhas"**.

¹ A etnia bijagó constitui a população maioritária do Arquipélago dos Bijagós. Nele, a organização da vida sociopolítica, cultural e económica continua fortemente condicionada pelas regras tradicionais, hierarquização da sociedade em faixas etárias, pertença clânica e divisão de espaço e do trabalho entre os géneros.

Um documento da autoria do CETRI – Centre Tricontinental (Bélgica) que apresenta uma visão consciente e necessária sobre a sustentabilidade do planeta e a democratização da ordem turística mundial, chamando a atenção para a necessidade de regulamentação de práticas turísticas em locais como Urok de forma a proteger de meros interesses económicos as comunidades locais e as qualidades naturais e paisagísticas.

O Estudo “Dinâmicas e impactos da expansão do Turismo no Arquipélago dos Bijagós – Lições para a AMPC Urok” é editado no âmbito do Projeto ‘Urok Osheni: conservação, desenvolvimento e soberania nas Ilhas Urok’ cujo objetivo é contribuir para o reforço do processo de governação participativa que já existe na Área Marinha Protegida Comunitária das ilhas de Urok e vir a construir um Modelo de Desenvolvimento Sustentável e Integrado para AMPC. Executado pelo IMVF em parceria com a ONG guineense Tiniguena, é financiado pela Comissão Europeia e Cooperação Portuguesa.

Consulte o estudo na íntegra:

http://issuu.com/imvf/docs/dinamicas_e_impactos_da_expansao_do_turismo

Sobre o Instituto Marquês de Valle Flôr:

O Instituto Marquês de Valle-Flôr (IMVF) é uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) que tem por missão a promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural nos países de língua portuguesa.

Com mais de 60 anos de existência, o Instituto tem atualmente a seu cargo a gestão de cerca de 30 Projetos, nas áreas de Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Cooperação Descentralizada e Ajuda Humanitária e de Emergência.

Os projetos de Cooperação para o Desenvolvimento são desenvolvidos nos países de língua oficial portuguesa e visam contribuir para a erradicação da pobreza, procurando alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio ao atuar nos setores: Saúde, Educação, Atividades geradoras de rendimento, Desenvolvimento rural integrado, Segurança alimentar, Infraestruturas, Ambiente, Reforço institucional, Capacitação, Direitos Humanos

Os projetos de Educação para o Desenvolvimento (ED), realizados em Portugal e na Europa, assentam num processo educativo através do qual o IMVF pretende melhorar a perceção e consciência crítica sobre o mundo em que vivemos, sensibilizando a sociedade civil para as desigualdades locais e globais e desenvolvimento sustentável das populações.

O IMVF é membro de várias redes que dão voz ao setor das ONGD, quer através da celebração de protocolos de cooperação com diversos parceiros, nacionais quer internacionais, quer pela participação em espaços de debate e difusão de informação sobre questões relativas ao desenvolvimento, como a Plataforma Portuguesa das ONGD, o CONCORD, e o Oneworld. É ainda membro do Centro Português de Fundações e do European Foundation Centre.

Contatos para imprensa:

Carolina Lopes

Grupo YoungNetwork Communication Consultant

Telm: + 351 96 177 51 99

Tel Geral.: +351 217 506 050

Fax: + 351 217 506 051

E-mail: carolinalopes@youngnetwork.pt

Web: www.youngnetwork.pt

Blog: www.dofundodacomunicacao.com

Rita Caetano

Gabinete de Comunicação IMVF

Tel.: +351 213 256 310

Fax: +351 213 471 904

E-mail: comunicacao@imvf.org

Web: www.imvf.org

O conteúdo desta comunicação é da exclusiva responsabilidade do Instituto Marquês de Valle Flôr e da Tiniguena e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia e da Cooperação Portuguesa.

